

**Companhia de Geração  
Térmica de Energia Elétrica**

**Demonstrações financeiras intermediárias  
condensadas em 30 de setembro de 2013**

## Sumário

### Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial.....	03
Demonstração do resultado .....	04
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	05
Demonstração dos fluxos de caixa .....	06
Demonstração do valor adicionado.....	07

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1	Informações gerais.....	8
2	Desempenho operacional (não auditado pelo auditor independente) .....	10
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	11
4	Apresentação das demonstrações financeiras.....	15
5	Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6	Clientes .....	16
7	Tributos a recuperar.....	17
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE .....	18
9	Almoxarifado .....	19
10	Imobilizado.....	19
11	Intangível .....	20
12	Fornecedores.....	21
13	Financiamentos e empréstimos .....	21
14	Tributos e contribuições sociais a recolher .....	23
15	Encargos setoriais .....	23
16	Obrigações estimadas .....	23
17	Provisão para contingências.....	24
18	Remuneração aos acionistas.....	27
19	Adiantamento para futuro aumento de capital .....	27
20	Outros passivos .....	28
21	Imposto de renda e contribuição social.....	29
22	Patrimônio líquido .....	29
23	Receita operacional líquida.....	30
24	Custos e despesas operacionais .....	31
25	Resultado financeiro .....	32
26	Remuneração do pessoal-chave da administração (não auditado pelo auditor independente).....	32
27	Instrumentos financeiros.....	32
28	Estimativa do valor justo .....	33
29	Gestão de capital.....	34
30	Gestão de risco financeiro .....	35
31	Análise de sensibilidade .....	37
32	Transações com partes relacionadas .....	39
33	Compromissos operacionais de longo prazo (não auditado pelo auditor independente).....	40
34	Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS .....	41

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	30/09/2013	31/12/2012	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	30/09/2013	31/12/2012
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.278	26.795	Fornecedores	12	202.904	265.967
Clientes	6	72.033	85.635	Financiamentos e empréstimos	13	199.469	190.527
Tributos a recuperar	7	22.735	13.546	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	8.839	12.539
Direitos de ressarcimento	8	34.957	64.176	Obrigações estimadas	16	18.836	13.542
Almojarifado	9	100.201	75.680	Encargos setoriais	15	20.959	15.359
Outros ativos		6.818	4.391	Provisões para contingências	17	23.201	21.096
Total do circulante		<u>243.022</u>	<u>270.223</u>	Benefícios pós-emprego		36.367	119
				Remuneração dos acionistas	18	58.324	55.152
				Outros passivos	20	<u>20.747</u>	<u>12.119</u>
				Total do circulante		<u>589.646</u>	<u>586.420</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	13	1.116.862	870.507
Tributos a recuperar	7	9.989	9.989	Benefícios pós-emprego		3.615	16
Depósitos judiciais	17.1	11.776	10.927	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	148.664	160.949
		<u>21.765</u>	<u>20.916</u>	Provisão para passivo atuarial		<u>122.914</u>	<u>122.914</u>
				Total do não circulante		<u>1.392.055</u>	<u>1.154.386</u>
				Total do passivo		<u>1.981.701</u>	<u>1.740.806</u>
				<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Imobilizado	10	1.641.965	1.658.058	Capital social	22.1	845.510	770.815
Intangível	11	1.679	1.819	Reserva de lucros	22.2	2.596	2.596
Total do não circulante		<u>1.665.409</u>	<u>1.680.793</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(146.015)	(146.015)
				Prejuízos acumulados		<u>(775.361)</u>	<u>(417.186)</u>
				Total do passivo a descoberto		<u>(73.270)</u>	<u>210.210</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>1.908.431</u></b>	<b><u>1.951.016</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b><u>1.908.431</u></b>	<b><u>1.951.016</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Demonstração do resultado

Períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	NOTA	30/09/2013	3º trimestre de 2013	30/09/2012	3º trimestre de 2012
<b>Receita operacional líquida</b>	23	183.525	70.386	399.053	144.432
<b>Custo Operacional</b>	24	(398.120)	(111.214)	(459.541)	(181.037)
Custo com energia elétrica	24	(151.106)	(16.685)	(213.103)	(83.993)
Energia elétrica comprada para revenda		(131.857)	(9.598)	(195.952)	(76.744)
Encargos de uso da rede de transmissão		(19.249)	(7.087)	(17.151)	(7.249)
Custo de operação	24	(247.014)	(94.529)	(246.438)	(97.044)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(180.632)	(70.546)	(172.165)	(74.662)
Depreciação e amortização		(53.150)	(17.540)	(55.325)	(16.104)
Combustíveis para a produção de energia		(135.072)	(41.260)	(119.617)	(39.640)
(-) Recuperação de despesas subvenção combustíveis		127.097	38.679	105.689	31.613
Outros		(5.257)	(3.862)	(5.020)	1.749
<b>Prejuízo operacional bruto</b>		(214.595)	(40.828)	(60.488)	(36.605)
Despesas operacionais	24	(87.719)	(15.278)	(41.979)	(15.502)
<b>Resultado do serviço de energia elétrica</b>		(302.314)	(56.106)	(102.467)	(52.107)
Outras receitas (despesas)		942	725	1.433	454
Resultado financeiro	25	(56.803)	(23.072)	(112.472)	(27.990)
<b>Resultado operacional antes dos impostos</b>		(358.175)	(78.453)	(213.506)	(79.643)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	-	-
<b>Prejuízo do período</b>		(358.175)	(78.453)	(213.506)	(79.643)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	337.877	(19.044)	2.596	13.088	-	334.517
Aumento do capital social	432.966	-	-	-	-	432.966
Aquisição de ações próprias	(28)	-	-	-	-	(28)
Prejuízo do período	-	-	-	-	(213.506)	(213.506)
Destinação da reserva de lucros						
Compensação de prejuízo	-	-	-	(828)	828	-
Dividendo adicional a distribuir	-	-	-	(12.260)	-	(12.260)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>770.815</b>	<b>(19.044)</b>	<b>2.596</b>	<b>-</b>	<b>(212.678)</b>	<b>541.689</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	770.815	(146.015)	2.596	-	(417.186)	210.210
Aumento do capital social	74.695	-	-	-	-	74.695
Prejuízo do período	-	-	-	-	(358.175)	(358.175)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2013</b>	<b>845.510</b>	<b>(146.015)</b>	<b>2.596</b>	<b>-</b>	<b>(775.361)</b>	<b>(73.270)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Demonstração dos fluxos de caixa Períodos de nove meses findos em 30 de setembro Em milhares de reais

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado antes dos impostos	(358.175)	(213.506)
Prejuízo do período	<u>(358.175)</u>	<u>(213.506)</u>
<b>Ajustes no resultado por:</b>		
Depreciação e amortização	57.839	60.354
Baixa de ativo imobilizado e intangível	173	864
Encargos financeiros	1.990	38.699
Variações monetárias e cambiais líquidas	30.549	58.515
Provisões para contingências	2.105	5.790
Total de ajustes	<u>92.656</u>	<u>164.222</u>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Redução em títulos e valores mobiliários	-	66.120
(Aumento) Redução em clientes	13.602	(7.915)
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	(9.189)	17.861
Aumento em cauções e depósitos vinculados	(849)	(3.350)
(Aumento) Redução em direito de ressarcimento	29.219	(15.793)
Aumento em almoxarifado	(24.521)	(439)
Aumento em outros ativos	(2.427)	(2.757)
Aumento (Redução) em fornecedores	(63.063)	57.287
Redução em tributos e contribuições sociais a recolher	(3.700)	(11.315)
Aumento (Redução) em obrigações estimadas	5.294	(5.821)
Aumento em encargos setoriais	5.600	760
Aumento em outros passivos	48.474	2.437
Total de variações	<u>(1.560)</u>	<u>97.075</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(267.079)</u>	<u>47.791</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(41.709)	(51.401)
Aquisições de ativo intangível	(70)	(204)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(41.779)</u>	<u>(51.605)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	60.395	25.000
Ingressos de financiamentos e empréstimos	353.180	77.788
Amortização de financiamentos e empréstimos	(125.234)	(95.369)
Pagamento de remuneração aos acionistas	-	(10)
Aquisição de ações próprias	-	(28)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>288.341</u>	<u>7.381</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(20.517)</u>	<u>3.567</u>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	6.278	8.207
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>26.795</u>	<u>4.640</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(20.517)</u>	<u>3.567</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração do valor adicionado  
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro  
Em milhares de reais

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	210.230	457.218
Outras receitas operacionais	3.813	1.445
	<u>214.043</u>	<u>458.663</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(131.857)	(195.952)
Serviços de terceiros	(57.060)	(66.022)
Materiais	(64.997)	(44.554)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(135.072)	(119.617)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	127.097	105.689
Outros custos operacionais	(26.777)	(32.845)
	<u>(288.666)</u>	<u>(353.301)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(74.623)</u>	<u>105.362</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(53.983)</u>	<u>(56.298)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(128.606)</u>	<u>49.064</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	68.802	128.735
Outras receitas - aluguéis	14	13
	<u>68.816</u>	<u>128.748</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b><u>(59.790)</u></b>	<b><u>177.812</u></b>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	122.322	73.142
Governo	55.777	248.223
Agentes financeiros e aluguéis	120.286	69.953
Retenção/distribuição de Prejuízo do exercício	(358.175)	(213.506)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b><u>(59.790)</u></b>	<b><u>177.812</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"), e foi constituída em 28 de julho de 1997.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital de Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/13, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C,



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/13.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

### Situação financeira

A Companhia apresentou em 30 de setembro de 2013 um prejuízo de R\$ 358.175, ante um prejuízo de R\$ 213.506 em 30 de setembro de 2012. O resultado determinou um passivo a descoberto de R\$ 73.270.

Os resultados apresentados até este trimestre tiveram como principais causas:

- Redução da receita operacional em 54% comparada ao mesmo período de 2012, devido ao cancelamento de receitas previsto nos contratos de venda de energia da UTE Candiota III (Fase C), que totaliza R\$ 290.186;
- Leve crescimento dos custos operacionais, sendo o de aquisição de cal para o dessulfurizador da Fase C o mais representativo, com aumento de 4,91%, totalizando R\$ 8.467;
- Aumento da despesa operacional em 109% em comparação ao mesmo período de 2012, motivada pela provisão de incentivo ao desligamento, que totalizou R\$ 39.950;
- A compra de energia, apesar da redução de 33% em relação ao mesmo período de 2012, continua representando um alto custo em 2013 (R\$ 131.857).

Das obrigações do passivo circulante, R\$ 257.793 (R\$ 245.679 em 31 de dezembro de 2012), são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), da revitalização da UTE Candiota II (Fase B), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras, que estão sendo renegociados.

Para algumas atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e de termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através da integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC).

Diante do quadro atual, a Companhia está em tratativas junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira. Destacam-se as seguintes:

- Usinas de São Jerônimo e Nutepa: deverão ser desativadas. São obsoletas, deficitárias e em função da provisão do VNR em dezembro de 2012, estão com saldo contábil zero;
- Usina Presidente Médici (Fases A e B): necessitarão de recursos operacionais e para investimentos para revitalização e adequação ambiental (TAC), buscando o cumprimento dos contratos de venda de energia vinculados a elas (2015 e 2016). A Fase A já está com protocolo de renovação da concessão e conforme o TAC deverá ser desativada até dezembro de 2017. A Fase B deverá operar até 2032, também com protocolo junto à ANEEL de renovação da concessão. Os investimentos previstos geram perspectivas de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois determinarão uma maior disponibilidade de geração de energia;
- UTE Candiota III (Fase C): o cancelamento de parte da receita da Fase C foi o principal fator de desequilíbrio em 2013, previsto nos contratos de venda de energia quando há indisponibilidade

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

da usina. Assim, há uma necessidade constante de recursos para a manutenção da usina. Na busca da mitigação das penalidades atuais, a Companhia está negociando alternativas ao cancelamento da receita junto ao Ministério das Minas e Energia (MME) e à ANEEL. A Companhia obteve junto a ANEEL a suspensão do cancelamento de receita a partir de set/2013 nos contratos (despacho ANEEL nº 3.413/2013), que representará um aumento na receita futura da ordem de 34% (R\$ 98.663), considerando os números de 2013.

Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o apoio financeiro da *holding* para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

Com a implementação das principais ações, a partir de 2016 a Companhia começará a ter um fluxo de caixa positivo, reduzindo sua dependência de recursos da *holding*, e já a partir de 2017, começará a apresentar resultado operacional positivo antes da dívida.

## 2 Desempenho operacional (não auditado pelo auditor independente)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no terceiro trimestre de 2013 foi de 2.324,43 GWh (2.082,93 GWh no terceiro trimestre de 2012). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 680,91 GWh. Na Fase C a geração atingiu a marca de 1.624,16 GWh. Na Usina de São Jerônimo, a geração média foi de 19,36 GWh. Houve crescimento na geração no ano de 2013 de cerca de 11,6%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição perante a CCEE. As aquisições de energia estão sendo mantidas em 2013 até que os índices de disponibilidade estejam recuperados.

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades, mas comprometeu seu desempenho econômico devido ao alto custo da energia adquirida. O cenário pode ser mais ameno para os demais meses de 2013, em função do aumento na disponibilidade de geração e redução do custo da PLD por aumento de disponibilidade das geradoras hídricas no mercado.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE no terceiro trimestre de 2013 foi de 26,02% nas Fases A e B, 18,58% na Usina de São Jerônimo e de 70,82 % na Fase C – Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 43,76 % (42,41% no ano de 2012), mostrando uma tendência de elevação representando cerca de 3,20% superior a 2012.

A disponibilidade do terceiro trimestre de 2013 ficou levemente superior ao ano de 2012 em função da melhora de performance da UTE Candiota III (Fase C). Já para o restante do ano de 2013 as expectativas são mais otimistas, tendo em vista que no terceiro trimestre de 2013 a UG 3 da Usina Presidente Médici permaneceu em operação confiável durante todo período. Outro ponto importante será o retorno em novembro da UG 4 após reforma da turbina. A performance das Unidades, principalmente UG 3 da Fase B e UG 5 da UTE Candiota III, vem apresentando uma melhora significativa após as revisões finalizadas em dezembro de 2012 demonstrando o acerto nas intervenções realizadas.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão	Data de encerramento
UTE Presidente Médici ( Fases A e B) (i)	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE Nutepa (i)	24	08/07/1995	07/07/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não revisados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013, e dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa (Termoeletricidade) dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR, excetuando-se os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, que foram considerados como totalmente amortizados.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

### 3.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A expectativa da Companhia é de que no exercício de 2013, após o mesmo processo empreendido pelas hidrelétricas, possa assinar a renovação da sua concessão, cuja intenção já manifestou junto à ANEEL através da Carta PR-169/2012.

Nos estudos da Eletrobras CGTEE visando definir o VNR dos empreendimentos afetados no imobilizado em serviço foram estimados a partir do Projeto da UTE Candiota III (Fase C), concluída em dezembro de 2010. Foram realizadas as devidas adaptações técnicas para cada usina, levando em conta a vida útil contábil e as respectivas taxas de depreciação conforme Manual de Patrimônio da ANEEL.

Os empreendimentos térmicos exigem durante sua vida técnica e econômica a realização de grandes manutenções, “ reformas “ e aprimoramentos de projetos, que recuperam a sua capacidade operacional, e por consequência estendem sua vida útil. Neste aspecto estamos realizando um largo

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

programa de investimentos que foi iniciado em 2010, visando a recuperação da capacidade operacional da Usina Presidente Médici, baseado nos seguintes pontos críticos:

- Substituição de 33 % da área de troca de calor (parede d'água) das caldeiras das unidades 3 e 4, incluindo alteração de projeto;
- Substituição total do sistema de supervisão e controle das unidades 3 e 4;
- Recuperação dos sistemas de pré-aquecimento de água de alimentação das quatro unidades, através da reforma integral de todos os trocadores de calor;
- Reforma integral da torre de refrigeração úmida, incluindo alteração de projeto;
- Implantação de sistema de amostragem contínua de água e vapor nas unidades 3 e 4, para controle da qualidade do processo;
- Aquisição de rotor de baixa pressão e componentes para uma turbina da fase B, visando recomposição da potência nominal;
- Manutenção integral dos geradores elétricos das unidades 3 e 4;
- Aquisição de nova planta de produção de água desmineralizada;
- Substituição de válvulas de segurança das caldeiras e turbinas.

O programa acima está em sua fase final, restando apenas a instalação de novo rotor da turbina de baixa pressão e manutenção de gerador elétrico, com previsão de execução a partir de abril de 2013 e conclusão da planta de água desmineralizada. As intervenções implicam em recomposição de vida útil dos equipamentos e sistemas.

Com estes posicionamentos, e através de projeções e estudos de engenharia, a Companhia apurou o VNR das concessões afetadas pelos efeitos da Lei nº 12.783/2013, conforme comentários na nota 3.3.

No momento atual, a Companhia não tem como determinar qual será sua receita bruta e líquida após a efetivação do processo de renovação das concessões por falta de regulamentação.

### **3.2 Informações e decisões da Companhia**

A Companhia detém concessões de 840 MW de capacidade instalada e, como já mencionado, já houve manifestação de interesse na renovação das concessões na data prevista em lei, 15 de outubro de 2012, através de correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em função da falta de regulamentação a companhia aguarda definições como valor da indenização, modelo de contrato, tarifas a serem praticadas e outros detalhes inerentes a nova formatação de negócio proposta pelo Governo.

A Companhia está se preparando para identificar, com a máxima celeridade possível, estudos para definir, após divulgação das regras de renovação para os concessionários, os seguintes pontos:

- Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (cativo-distribuidoras);
- Tributação da indenização e outros impactos tributários;

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*);
- Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências;
- Riscos não contemplados na definição da tarifa.

Estes impactos refletem diretamente a modelagem a ser utilizada para a geração termelétrica pela falta de regulamentação.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13, posições de 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, quando foram efetuados os ajustes contábeis visando a aplicação da nova legislação:

### Concessões de GERAÇÃO

Indenização dos ativos			
Ativos afetados	Valor residual regulatório 30/09/2013	Valor residual contábil 30/09/2013	Valor indenização (proposta)
UTE SÃO JERÔNIMO	5.899	5.899	-
UTE NUTEPA	4.205	4.205	-
UTE PRESIDENTE MÉDICI	172.193	172.193	153.003
Total afetados	182.297	182.297	153.003
Ativos não afetados	Valor residual regulatório 30/09/2013	Valor residual contábil 30/09/2013	Valor indenização (proposta)
UTE Candiota III (Fase C)	1.174.169	1.174.169	Não aplicável
Total não afetados	1.174.169	1.174.169	-
<b>Total ativos de geração</b>	<b>1.356.466</b>	<b>1.356.466</b>	<b>153.003</b>

### Concessões de GERAÇÃO

Indenização dos ativos			
Ativos afetados	Valor residual regulatório 31/12/2012	Valor residual contábil 31/12/2012	Valor indenização (proposta)
UTE SÃO JERÔNIMO	5.348	5.348	-
UTE NUTEPA	3.976	3.976	-
UTE PRESIDENTE MÉDICI	157.559	157.559	153.003
Total afetados	166.883	166.883	153.003
Ativos não afetados	Valor residual regulatório 31/12/2012	Valor residual contábil 31/12/2012	Valor indenização (proposta)
UTE Candiota III (Fase C)	1.209.906	1.209.906	Não aplicável
Total não afetados	1.209.906	1.209.906	-
<b>Total ativos de geração</b>	<b>1.376.789</b>	<b>1.376.789</b>	<b>153.003</b>

Como concessão não afetada pela Lei nº 12.783/2013 a companhia detém a permissão da UTE Candiota III (Fase C) até 2041, que no momento não é atingida pela alteração da legislação.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3.3 Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia identificou como único impacto possível de mensuração, através de estudos internos, a questão do VNR (Valor Novo de Reposição) a ser utilizado como possível de indenização conforme previsão legal e expectativa da Companhia. Este impacto a Companhia apurou no que tange ao ativo imobilizado em serviço e em curso apontando a necessidade de provisão de R\$ 23.948, lançados como redutor destes ativos em 31 de dezembro de 2012. Este valor reflete a expectativa de não serem indenizadas as unidades geradoras da UTE São Jerônimo, UTE NUTEPA e UTE Candiota II (Fase A), e parcela de imobilizado em curso não passível de indenização, por não caracterizarem expansão ou melhoria.

No quadro abaixo apresentamos o resumo relativo a este impacto contábil em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

### Imobilizado em serviço em 30/09/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	9.144	-	(11.110)
Candiota II (Fase B)	163.049	153.003	-
São Jerônimo	5.899	-	(5.348)
Nutepa	4.205	-	(3.976)
Subtotal	<u>182.297</u>	<u>153.003</u>	<u>(20.434)</u>

### Imobilizado em curso em 30/09/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	2.787	-	(3.031)
Candiota II (Fase B)	255.548	259.326	-
São Jerônimo	-	-	(213)
Nutepa	-	-	(270)
Subtotal	<u>258.335</u>	<u>259.326</u>	<u>(3.514)</u>
<b>Total</b>	<u>440.632</u>	<u>412.329</u>	<u>(23.948)</u>

### Imobilizado em serviço em 31/12/2012

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	11.110	-	(11.110)
Candiota II (Fase B)	146.449	153.003	-
São Jerônimo	5.348	-	(5.348)
Nutepa	3.976	-	(3.976)
Subtotal	<u>166.883</u>	<u>153.003</u>	<u>(20.434)</u>

### Imobilizado em curso em 31/12/2012

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	3.031	-	(3.031)
Candiota II (Fase B)	258.088	259.326	-
São Jerônimo	213	-	(213)
Nutepa	270	-	(270)
Subtotal	<u>261.602</u>	<u>259.326</u>	<u>(3.514)</u>
<b>Total</b>	<u>428.485</u>	<u>412.329</u>	<u>(23.948)</u>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 4 Apresentação das demonstrações financeiras

#### 4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 30 de setembro de 2013.

#### 4.2 Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e estão sendo apresentadas de forma condensada nos termos do referido pronunciamento.

Com o objetivo de se evitar redundâncias na apresentação das informações intermediárias e para fins de atendimento ao artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, a Companhia indica a seguir o número das notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e não repetidas total ou parcialmente nestas informações intermediárias condensadas: 5 – Resumo das principais práticas contábeis, 12 – Outros ativos, 20 – Benefícios a empregados, 21 d – Provisão para passivos ambientais e 39 – Seguros.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2012, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 19 de abril de 2013. As demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de outubro de 2013.

#### 4.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As alterações e novas interpretações das normas internacionais de relatórios financeiros obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2013, e indicadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2012, não causaram impacto nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2013.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	6.278	4.137
Aplicações financeiras	-	22.658
<b>Total</b>	<b><u>6.278</u></b>	<b><u>26.795</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia, especialmente ao longo do exercício de 2012, enfrentou dificuldades na geração de energia elétrica. Esta dificuldade gerou, além da necessidade de aquisição de energia para revenda, penalidades advindas dos contratos firmados, que ocasionaram uma forte redução da receita em 2013. Assim, a Companhia precisou dispor dos recursos de suas aplicações financeiras para honrar seus compromissos.

### 6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber, em cada leilão, está abaixo demonstrado:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2º Leilão CCEAR Energia existente - 2008/2015	11.881	11.836
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	4.080	3.986
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	13.176	25.042
Previsão 1º Leilão	40.025	37.885
Enerpar - Ambiente livre	-	6.246
Renegociações	2.231	-
Outros	640	640
<b>Total</b>	<b><u>72.033</u></b>	<b><u>85.635</u></b>

A redução do saldo a receber em 30 de setembro de 2013 deve-se ao término de contrato de comercialização de energia em ambiente livre, e a cancelamentos de receita previstos para o 1º Leilão.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Suprimento de energia	68.858	2.231	944	72.033	85.635
<b>Total</b>	<b><u>68.858</u></b>	<b><u>2.231</u></b>	<b><u>944</u></b>	<b><u>72.033</u></b>	<b><u>85.635</u></b>



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 7 Tributos a recuperar

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	202	666
IR retido na fonte	97	495
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - Lei 11.196/05 (i)	7.755	7.532
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (ii)	6.297	-
Antecipações de IRPJ e CSLL	-	3.520
ICMS a recuperar (iii)	7.984	-
Outros	400	1.333
<b>Total Circulante</b>	<b><u>22.735</u></b>	<b><u>13.546</u></b>
ICMS a recuperar (iii)	9.989	9.989
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>9.989</u></b>	<b><u>9.989</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>32.724</u></b>	<b><u>23.535</u></b>

### (i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as contribuições para o Programa de Integração Social – PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, AES SUL e CEEE com alíquotas de 1,65% (PIS-PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº 468, de 8 de novembro de 2004. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PIS-PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e conseqüentemente com alíquotas de 0,65% (PIS-PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PIS-PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estavam sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro e dezembro de 2004, janeiro, março, abril, maio, junho e julho de 2005.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os meses citados acima, a Companhia aguarda julgamento por parte da Receita Federal do Pedido Administrativo solicitando a utilização dos créditos, em razão da impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

### (ii) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

A Companhia vem se creditando mensalmente destas despesas no momento da apuração do PIS/COFINS, sendo que com a entrada em operação da fase C os créditos com relação à depreciação de máquinas e equipamentos e material de insumo aumentaram significativamente.

O saldo de R\$ 6.297 em 30 de setembro de 2013, são créditos de PIS/COFINS apurados em períodos anteriores e do próprio mês, os quais foram reconhecidos contabilmente pela empresa, e que em função da diminuição da receita de energia dos contratos da fase C, não foram aproveitados até momento, mas com previsão de utilização nos próximos meses.

### (iii) ICMS a recuperar

O saldo de ICMS a recuperar no ativo circulante, R\$ 7.984 em 30 de setembro de 2013, é originado de insumos utilizados no processo produtivo, principalmente da aquisição de cal nacional.

Os créditos fiscais de ICMS no ativo não circulante, no valor de R\$ 9.989 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 9.989 em 31 de dezembro de 2012) originaram-se, principalmente, das operações de compra de Cal e outros. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No ano de 2013, a Companhia utilizou R\$ 916 para a compensação em recolhimentos de ICMS referentes a importação de equipamentos para UTE Candiota III – Fase C e importação de cal utilizado no dessulfurizador da UTE Candiota III - Fase C. Cabe destacar que a integralidade dos créditos registrados nesta rubrica esta validado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

## 8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CCC/CDE	34.957	64.176
<b>Total</b>	<b><u>34.957</u></b>	<b><u>64.176</u></b>

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 tem a seguinte composição:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CCC UTE Candiota III - Fase C – (a)	16.078	12.166
CDE UTE Candiota II – Fases A e B – (a)	18.879	22.102
ANEEL Termo de Notificação TN-025/2011	-	27.926
Outros	-	1.982
<b>Total</b>	<b><u>34.957</u></b>	<b><u>64.176</u></b>

a) Referem-se ao ressarcimento de combustíveis dos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

## 9 Almoxarifado

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Material de consumo	23.914	22.767
Combustíveis	76.287	52.913
<b>Total</b>	<b><u>100.201</u></b>	<b><u>75.680</u></b>

Esta rubrica é constituída da aplicação de recursos em materiais e combustíveis destinados a atividade operacional da Companhia.

## 10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado no período:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências curso/serviço</u>	<u>30/09/2013</u>
Em serviço	3.183.679	-	(1.110)	33.139	3.215.708
Depreciação	(1.806.203)	(56.684)	1.102	-	(1.861.785)
Em curso	345.222	40.911	-	(33.654)	352.479
<b>Total Geração</b>	<b><u>1.722.698</u></b>	<b><u>(15.773)</u></b>	<b><u>(8)</u></b>	<b><u>(515)</u></b>	<b><u>1.706.402</u></b>
Em serviço	12.303	-	(475)	1.218	13.046
Depreciação	(6.912)	(945)	310	-	(7.547)
Em curso	1.517	798	-	(703)	1.612
<b>Total Administração</b>	<b><u>6.908</u></b>	<b><u>(147)</u></b>	<b><u>(165)</u></b>	<b><u>515</u></b>	<b><u>7.111</u></b>
<i>Impairment</i>	(47.600)	-	-	-	(47.600)
Perdas com a lei 12.783/13	(23.948)	-	-	-	(23.948)
<b>Total Provisões</b>	<b><u>(71.548)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(71.548)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>1.658.058</u></b>	<b><u>(15.920)</u></b>	<b><u>(173)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.641.965</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Está registrado no imobilizado como redutor, o valor de R\$ 71.548, referente às expectativas de perda gerada na realização dos estudos do valor novo de reposição (VNR), e os estudos do CPC 01 relativos ao *impairment* da UTE Candiota II (Fase B).

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não é sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 30 de setembro de 2013.

As taxas de depreciação aplicadas em 30 de setembro de 2013 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 474/2012, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2013 e 2012</u>
<b>Geração</b>	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
<b>Administração</b>	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

## 11 Intangível

Em 2013, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/2013</u>
<b>Em serviço</b>			
Custo	12.073		12.073
Amortização	(10.783)	(210)	(10.993)
<b>Em curso</b>			
Custo	529	70	599
<b>Total</b>	<u>1.819</u>	<u>(140)</u>	<u>1.679</u>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como as adições do exercício, referem-se a aquisições em direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito) 205.02 (Marca), e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

## 12 Fornecedores

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais e serviços	25.620	40.001
Suprimento de energia elétrica	144.125	206.876
Encargos de uso da rede elétrica	3.449	3.055
Aquisição de combustíveis	29.710	16.035
<b>Total</b>	<b><u>202.904</u></b>	<b><u>265.967</u></b>

### (a) Suprimento de energia elétrica

Em 2013, a Companhia reduziu o custo com compra de energia elétrica para revenda em torno de 33%, o que ocasionou a diminuição do saldo a pagar aos fornecedores.

### (b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão como combustível para suas usinas. Parte desta aquisição é subsidiada. Com o aumento da produção de energia elétrica verificado em 2013, e uma redução do valor subsidiado, houve um acréscimo no saldo a pagar aos fornecedores de combustíveis.

## 13 Financiamentos e empréstimos

### 13.1 Composição

	30/09/2013				31/12/2012			
	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional								
Eletrobras	5.556	193.913	1.116.862	1.316.331	5.582	184.945	870.507	1.061.034
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>5.556</b>	<b>193.913</b>	<b>1.116.862</b>	<b>1.316.331</b>	<b>5.582</b>	<b>184.945</b>	<b>870.507</b>	<b>1.061.034</b>
<b>Total</b>	<b>5.556</b>	<b>193.913</b>	<b>1.116.862</b>	<b>1.316.331</b>	<b>5.582</b>	<b>184.945</b>	<b>870.507</b>	<b>1.061.034</b>

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

## 13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Selic	435.852	118.273
IPCA	757.378	811.963
Juros contratuais	123.101	130.798
<b>Total</b>	<b><u>1.316.331</u></b>	<b><u>1.061.034</u></b>

## 13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	81.002	143.543
2015	235.710	163.430
2016	175.452	126.236
2017	159.628	96.651
Após 2017	465.070	340.647
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>1.116.862</u></b>	<b><u>870.507</u></b>

## 13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b><u>1.061.034</u></b>
Ingressos	353.180
Encargos	18.578
Variação monetária	27.377
(-) Amortizações	(143.838)
<b>Saldo em 30/09/2013</b>	<b><u>1.316.331</u></b>
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b><u>1.001.848</u></b>
Ingressos	77.788
Encargos	8.742
Variação monetária/cambial	55.752
(-) Amortizações	(95.369)
<b>Saldo em 30/09/2012</b>	<b><u>1.048.761</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
PIS/PASEP	46	-
COFINS	213	-
ISS de terceiros	638	360
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	4.729	8.780
INSS	2.614	2.339
SENAI/SESI	183	157
FGTS	416	903
<b>Total</b>	<b><u>8.839</u></b>	<b><u>12.539</u></b>

## 15 Encargos setoriais

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RGR	20.693	15.175
TFSEE	266	184
<b>Total</b>	<b><u>20.959</u></b>	<b><u>15.359</u></b>

A Companhia recolhe mensalmente, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva global de reversão (RGR) e da Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE).

O saldo da RGR é composto pelo ajuste da cota anual de 2011 (R\$ 9.289), pela cota de dezembro/2012 (R\$ 1.283), pelas cotas mensais de janeiro/2013 a setembro/2013 (R\$ 5.623) e pelas cotas de outubro/2013 a junho/2014 (R\$ 4.498).

## 16 Obrigações estimadas

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Folha de Pagamento	4.308	4.247
Encargos - Folha de pagamento	1.622	1.822
Provisão de férias	4.655	3.943
Provisão gratificação de férias	852	861
Provisão de 13º salário	3.475	96
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	3.141	2.065
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	783	508
<b>Circulante</b>	<b><u>18.836</u></b>	<b><u>13.542</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 17 Provisão para contingências

Em 2013, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>30/09/2013</u>
Trabalhistas (a)	6.145	1.863	8.008
Cíveis (b)	18.444	1.024	19.468
<b>Subtotal</b>	<b>24.589</b>	<b>2.887</b>	<b>27.476</b>
(-) Depósitos recursais	(3.493)	(782)	(4.275)
<b>Total</b>	<b>21.096</b>	<b>2.105</b>	<b>23.201</b>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamações ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

### (a) Contingências trabalhistas

#### Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 8.008 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 6.145 em 31 de dezembro de 2012) para cobrir as perdas prováveis, para os quais a Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 4.275 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 3.493 em 31 de dezembro de 2012).

#### Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não existem processos trabalhistas classificados como de perda possível ou remota.

### (b) Contingências cíveis

#### Contingências prováveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores classificados como perda provável, estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 19.468 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 18.444 em 31 de dezembro de 2012). Deste total destaca-se a Ação de autoria da CEEE-D para cobrança de valores contestados na data de transferência (1998/1999) da CGTEE para a Eletrobras. Em 2013 realizou-se a atualização do valor provisionado, que passou para R\$ 18.468.

#### Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 30.748 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 30.785 em 31 de dezembro de 2012), não provisionados, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

#### Ação ordinária nº 2009.71.00.013550-8

A Companhia ingressou com ação ordinária nº.2009.71.00.013550-8 contra a ANEEL - CCEE, na 4ª Vara Federal da 4ª Região em Porto Alegre, a fim de anular a aplicação pela CCEE por delegação da



# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

ANEEL da penalidade por insuficiência de lastro de energia. A CCEE emitiu Termos de Notificação, à CGTEE, por descumprimento de norma regulatória que determina que seja apresentado lastro proveniente de garantia física ou contratual para cem por cento de seus contratos de venda de energia. Apresentou-se defesa administrativa, tendo sido decidido pela CCEE não conhecer as razões da contestação, a qual foi liquidada. A ANEEL decidiu pelo não acolhimento do recurso. Dessa forma, houve o ingresso com a ação judicial para anular a cobrança. O processo está na fase postulatória. Foi deferida a tutela antecipada suspendendo aplicação da multa em vigor. No momento, aguarda julgamento do recurso especial da ANEEL contra decisão do TRF que manteve a competência da Justiça Federal da 4ª Região. O incidente de impugnação ao valor da causa não foi julgado até o momento. O valor estimado para o processo é de R\$ 29.097, com probabilidade de perda possível, não estando provisionado.

### **Ação indenizatória nº 001/1.10.0214352-8**

Em 17 de agosto de 2010, KFW KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE (KFW) ingressou com ação indenizatória 001/1.10.0214352-8 na 11ª Vara Cível do Foro Central, requerendo a condenação de danos materiais e morais contra a CGTEE, em decorrência de supostos avais que seriam atribuídos à CGTEE. Após a impugnação da CGTEE, o juiz atribuiu à causa o valor de R\$ 5.707, visto que o autor só havia quantificado os danos materiais em R\$ 2.853. O processo encontra-se na fase postulatória, sendo que a CGTEE já contestou a ação. Segundo o Escritório Pinheiro Neto Advogados Associados que representam a Companhia nesse processo, a probabilidade de perda da ação é possível, próxima à remota, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

### **Outros processos**

Em 26 de julho de 2011, a Companhia tomou conhecimento de Termo de Notificação emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comunicado via fax informando que serão realizados descontos no valor de R\$ 49.827 referente a valores ressarcidos indevidamente à CGTEE de 2005 a 2010 relativos a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão através da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que seria pago em 24 parcelas descontadas nos próximos reembolsos.

A Companhia apresentou impugnação e solicitação de efeito suspensivo junto à agência reguladora através do Processo nº 48513.026332/2011-00. A Companhia alega, sucintamente, que cabe ao Ministério de Minas e Energia a elaboração do Manual que prevê os procedimentos de ressarcimento destas despesas, através da CDE; incompetência da ANEEL para alteração dos procedimentos; existência de um Manual de Procedimentos da CDE, assinado pelo MME, ANEEL, ONS, onde consta expressamente que haverá a cobertura das despesas com cinzas e operação no pátio de carvão.

Tendo em vista estes argumentos, a Companhia entende que é totalmente infundado o desconto dos valores mencionados, pois há determinação de cobertura até a presente data. Quanto aos valores futuros, não poderá haver suspensão até que haja documento legal expedido pelo MME assim o determinando, não possuindo a ANEEL poderes para alteração destes procedimentos.

Na data de fechamento de 30 de setembro de 2013 este assunto foi plenamente resolvido, havendo o entendimento de que as despesas com manuseio de carvão e transporte de cinzas não são reembolsadas pela CDE à CGTEE, contudo os reembolsos realizados nos últimos 5 anos (49.827) não serão cobrados, conforme Despacho ANEEL nº 2260/2012.

Na mesma linha de discussão encontrava-se pendente de reembolso até o 3º trimestre de 2011 valores referente ao reembolso pela CCC de combustível e serviços relativos ao uso de combustível carvão mineral para geração termelétrica na UTE Candiota III (Fase C), que segundo entendimento da ANEEL, estaria suportado na Tarifa praticada de suprimento junto às Distribuidoras, não dando direito à Companhia o benefício do reembolso pela Conta de Consumo de Combustível (CCC). Não

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

houve abertura de qualquer Notificação ou Auto de Infração para este assunto, e em dezembro de 2011 houve o reembolso excepcionalmente pela CDE dos valores devidos até o mês de outubro por estarem já pagos pela CGTEE. Os valores pendentes somente serão ressarcidos após a comprovação do pagamento aos fornecedores. A Eletrobras definiu esta nova política para CCC/CDE onde o ressarcimento ocorre após a comprovação do pagamento que para o mês de novembro ocorreu o pagamento no final de dezembro de 2011, e foi enviado à *holding* em Janeiro de 2012 estando em trâmite.

A Companhia interpôs em 23 de abril de 2011 Recurso Administrativo Inominado, com pedido de efeito suspensivo, com base no disposto no artigo 5o, LV, da CF/88 e dispositivos da Lei nº 9784/99 e na Resolução ANEEL nº 273/2007, o qual foi concedido à Companhia a continuidade de suas receitas, porém não autorizando os reembolsos registrados no contas a receber para o combustível e serviços até a definição do julgamento na Agência.

O processo foi definitivamente julgado em 2013, conforme Despacho ANEEL nº 2.648/2013 de 23/07/2013, no sentido de revogar a orientação da SEM à CCEE de que devem ser deduzidos da receita fixa os benefícios recebidos por meio da CDE para cobertura dos custos de geração relativos à inflexibilidade da UTE Candiota III, mantendo, assim, a decisão emanada através do efeito suspensivo.

### (c) Contingências tributárias

#### Contingências prováveis

Não há processos pendentes com probabilidade provável de perda em 30 de setembro de 2013.

#### Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos fiscais que totalizam R\$ 49.061 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 46.887 em 31 de dezembro de 2012), não provisionados.

#### Auto de infração nº 11080.722655/2010/96

A Companhia através do Auto de Infração nº 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS referente ao ano de 2006.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo entendimento da administração, baseada em seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda é possível, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

#### Outros autos de infração

Em decorrência do desembaraço de declarações de importações que se encontravam pendentes de liberação, a Companhia recebeu em 21 de junho de 2011, a emissão dos Autos de Infração nºs 11050.720150/2011-25 (R\$ 4.505) e 11050.720140/2011-90 (R\$ 18.741), e em 4 de agosto de 2011 e 17 de agosto de 2011 os Autos de Infração nºs 11050.720435/2011-66 (R\$ 1.691) e 11050.720343/2011-86 (R\$ 2.824), respectivamente. Os referidos autos têm como base de autuação a descaracterização do ex-tarifário obtido pela Companhia para o projeto UTE Candiota III (Fase C), que proporcionou redução dos percentuais de II e IPI, com reflexo nos demais impostos e contribuições, por falta de similaridade na indústria nacional, sendo o valor lançado nos referidos autos, as diferenças destes impostos e contribuições adicionados de multa e juros.

A Companhia contratou os consultores jurídicos Franceschini Advogados para defesa nos processos do parágrafo anterior, os quais emitiram opinião de que as ações têm probabilidade de perda

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

possível, correspondente ao montante de R\$ 27.761, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

### 17.1 Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios, visando a mitigação.

O saldo está evidenciado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Depósitos judiciais	11.776	10.927
<b>Total</b>	<b><u>11.776</u></b>	<b><u>10.927</u></b>

### 18 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	58.307	55.137
Outros	17	15
<b>Total</b>	<b><u>58.324</u></b>	<b><u>55.152</u></b>

Segue movimentação nos nove primeiros meses de 2013:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b><u>55.152</u></b>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	3.172
<b>Saldo em 30/09/2013</b>	<b><u>58.324</u></b>

### 19 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas tomadas de recursos estão registradas no passivo não circulante.

Em 2013, a Eletrobras efetuou capitalização de créditos no valor de R\$ 74.695, aumentando o capital social da Companhia, conforme nota 22.1.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2012	Ingressos	Variação monetária	Amortizações	30/09/2013
Contratos					
ECF 2840/2010	8.474	-	307	(8.331)	450
ECF 2941/2011	45.281	-	1.708	(41.364)	5.625
RES 0557/2012	25.000	-	-	(25.000)	-
RES 0997/2012	82.194	-	-	-	82.194
RES 0026/2013	-	60.395	-	-	60.395
<b>Total</b>	<b>160.949</b>	<b>60.395</b>	<b>2.015</b>	<b>(74.695)</b>	<b>148.664</b>

## 20 Outros passivos

	30/09/2013	31/12/2012
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	11.862	10.822
Ressarcimento Venda de Cinzas	395	395
Credores diversos (ii)	8.490	902
<b>Total</b>	<b>20.747</b>	<b>12.119</b>

### (i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

### (ii) Credores diversos

A Companhia registra apropriações de recursos para fins diversos. Em 2013, a Companhia precisou apropriar saldo para compra de energia no ambiente de contratação livre da CCEE, o que ocasionou o aumento de saldo deste grupo.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 21 Imposto de renda e contribuição social

### (a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

### (b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 1.027.984 e R\$ 1.028.220 respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelecem condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas Demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos representariam, em 30 de setembro de 2013, respectivamente, R\$ 256.972 e R\$ 92.540.

### (c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/09/2013		30/09/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(358.175)	(358.175)	(213.506)	(213.506)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(358.175)	(358.175)	(213.506)	(213.506)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	58.233	58.233	70.234	70.234
	(299.942)	(299.942)	(143.272)	(143.272)
Despesas não dedutíveis	5.182	5.182	3.879	3.879
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(294.760)	(294.760)	(139.393)	(139.393)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(294.760)	(294.760)	(139.393)	(139.393)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

## 22 Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

Em 2013, a Eletrobras adquiriu ações da Companhia, através dos adiantamentos concedidos à Companhia, capitalizando o valor de R\$ 74.695.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 30/09/2013			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
( - ) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
<b>Total</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>845.510</b>	<b>100,000%</b>

	Quantidade de ações em 31/12/2012			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	5.208.871.888	5.208.871.888	770.766	99,989%
Outros	592.355	592.355	77	0,011%
Subtotal	5.209.464.243	5.209.464.243	770.843	100,000%
( - ) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
<b>Total</b>	<b>5.209.239.964</b>	<b>5.209.239.964</b>	<b>770.815</b>	<b>100,000%</b>

## 22.2 Reserva de lucros

Em 30 de setembro de 2013, é constituída unicamente pela reserva legal.

	30/09/2013	31/12/2012
Reserva Legal	2.596	2.596
<b>Total</b>	<b>2.596</b>	<b>2.596</b>

## 23 Receita operacional líquida

	30/09/2013	2º trimestre de 2013	30/09/2012	2º trimestre de 2012
Suprimento de energia elétrica	210.230	79.256	457.218	165.452
Venda Cinzas	2.855	949	-	-
Aluguéis	14	14	13	5
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>213.099</b>	<b>80.219</b>	<b>457.231</b>	<b>165.457</b>
ICMS	(229)	(74)	-	-
COFINS	(14.643)	(5.643)	(34.750)	(12.575)
PIS/PASEP	(3.179)	(1.225)	(7.544)	(2.730)
<b>Total Impostos e contribuições</b>	<b>(18.051)</b>	<b>(6.942)</b>	<b>(42.294)</b>	<b>(15.305)</b>
RGR	(9.656)	(2.179)	(11.841)	(4.253)
P&D	(1.867)	(712)	(4.043)	(1.467)
<b>Total Encargos setoriais</b>	<b>(11.523)</b>	<b>(2.891)</b>	<b>(15.884)</b>	<b>(5.720)</b>
<b>Total Deduções à receita operacional</b>	<b>(29.574)</b>	<b>(9.833)</b>	<b>(58.178)</b>	<b>(21.025)</b>
<b>Total</b>	<b>183.525</b>	<b>70.386</b>	<b>399.053</b>	<b>144.432</b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 24 Custos e despesas operacionais

	30/09/2013			30/09/2012		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(131.857)	-	(131.857)	(195.952)	-	(195.952)
Encargos de uso da rede	(19.249)	-	(19.249)	(17.151)	-	(17.151)
Pessoal	(64.266)	(65.793)	(130.059)	(67.091)	(21.670)	(88.761)
Materiais	(64.774)	(223)	(64.997)	(44.071)	(483)	(44.554)
Serviços de Terceiros	(51.592)	(5.468)	(57.060)	(61.003)	(5.019)	(66.022)
Depreciação e Amortização	(53.150)	(833)	(53.983)	(55.325)	(973)	(56.298)
Provisões para contingências	-	(1.024)	(1.024)	-	(8.515)	(8.515)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(135.072)	-	(135.072)	(119.617)	-	(119.617)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	127.097	-	127.097	105.689	-	105.689
Outras	(5.257)	(14.378)	(19.635)	(5.020)	(5.319)	(10.339)
<b>Total</b>	<b>(398.120)</b>	<b>(87.719)</b>	<b>(485.839)</b>	<b>(459.541)</b>	<b>(41.979)</b>	<b>(501.520)</b>

	3º trimestre de 2013			3º trimestre de 2012		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(9.598)	-	(9.598)	(76.744)	-	(76.744)
Encargos de uso da rede	(7.087)	-	(7.087)	(7.249)	-	(7.249)
Pessoal	(24.655)	(11.064)	(35.719)	(22.235)	(12.239)	(34.474)
Materiais	(20.200)	(97)	(20.297)	(12.855)	(159)	(13.014)
Serviços de Terceiros	(25.691)	(1.858)	(27.549)	(39.572)	(1.669)	(41.241)
Depreciação e Amortização	(17.540)	(261)	(17.801)	(16.104)	(256)	(16.360)
Provisões para contingências	-	-	-	-	(8.515)	(8.515)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(41.260)	-	(41.260)	(39.640)	-	(39.640)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	38.679	-	38.679	31.613	-	31.613
Outras	(3.862)	(1.998)	(5.860)	1.749	7.336	9.085
<b>Total</b>	<b>(111.214)</b>	<b>(15.278)</b>	<b>(126.492)</b>	<b>(181.037)</b>	<b>(15.502)</b>	<b>(196.539)</b>

### 24.1 Energia comprada para revenda

Nos primeiros nove meses de 2013, assim como no mesmo período de 2012, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para cumprir seus contratos de comercialização.

O saldo foi assim composto:

	30/09/2013		30/09/2012	
	R\$ mil	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)
Custo				
Energia elétrica comprada para revenda	131.857	672.634	195.952	967.824
	<b>131.857</b>	<b>672.634</b>	<b>195.952</b>	<b>967.824</b>

\* Dados não revisados pelo auditor independente

### 24.2 Pessoal

A Companhia, em conjunto com as demais empresas do grupo Eletrobras, realiza um processo de readequação de seu quadro de pessoal. Foi instituído o programa de incentivo ao desligamento – PID, que prevê um desligamento escalonado nos exercícios de 2013 e 2014. Os empregados que aderiram terão uma contrapartida financeira, para a qual foi provisionado o valor de R\$ 39.950, o que explica o aumento nos gastos de pessoal no período.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 25 Resultado financeiro

	30/09/2013	3º trimestre de 2013	30/09/2012	3º trimestre de 2012
Rendimento de aplicações financeiras	464	1	2.193	414
Variações cambiais ativas (i)	67.328	29.636	124.824	13.750
Juros e multas	993	630	1.705	213
Outras	17	6	13	2
<b>Total Receitas</b>	<b>68.802</b>	<b>30.273</b>	<b>128.735</b>	<b>14.379</b>
Encargos de dívida	(61.331)	(20.803)	(65.591)	(24.867)
Variações cambiais passivas (i)	(58.125)	(28.787)	(172.770)	(16.448)
Outras	(6.149)	(3.755)	(2.846)	(1.054)
<b>Total Despesas</b>	<b>(125.605)</b>	<b>(53.345)</b>	<b>(241.207)</b>	<b>(42.369)</b>
<b>Total</b>	<b>(56.803)</b>	<b>(23.072)</b>	<b>(112.472)</b>	<b>(27.990)</b>

### (i) Variações cambiais

A redução das variações cambiais ativas e passivas é reflexo de uma menor exposição à moeda estrangeira pela Companhia. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia mantém apenas transações em moeda estrangeira com fornecedores. No mesmo período de 2012, além das transações com fornecedores, a Companhia tinha saldo de financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira.

## 26 Remuneração do pessoal-chave da administração (não auditado pelo auditor independente)

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	30/09/2013	3º trimestre de 2013	30/09/2012	3º trimestre de 2012
Remuneração	908	262	871	329
Encargos sociais	224	61	204	89
Benefícios	165	18	168	45
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>341</b>	<b>1.243</b>	<b>463</b>

## 27 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Recebíveis</b>		
Clientes	72.033	85.635
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	34.957	64.176
<b>Total Ativos financeiros</b>	<b><u>106.990</u></b>	<b><u>149.811</u></b>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.316.331	1.061.034
Fornecedores	202.904	265.967
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b><u>1.519.235</u></b>	<b><u>1.327.001</u></b>

A Companhia não efetuou, durante o período findo em 30 de setembro de 2013, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Riograndense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS e São Jerônimo/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de desenvolvimento energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

## 28 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	<b>30/09/2013</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.278	6.278
<b>Total</b>	<b>6.278</b>	<b>6.278</b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2012	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	26.795	26.795
<b>Total</b>	<b>26.795</b>	<b>26.795</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, tem seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

Todos os financiamentos e empréstimos tomados pela Companhia são contratados junto a Eletrobras.

## 29 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2013	31/12/2012
Financiamentos e empréstimos	1.316.331	1.061.034
Fornecedores	202.904	265.967
( - ) Caixa e equivalentes de caixa	(6.278)	(26.795)
( - ) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(34.957)	(64.176)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.478.000</b>	<b>1.236.030</b>
Patrimônio líquido	(73.270)	210.210
<b>Total do capital</b>	<b>1.404.730</b>	<b>1.446.240</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>105,2%</b>	<b>85,5%</b>

### 30 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

#### a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia tem, como ativos em moeda estrangeira, adiantamentos a fornecedores; como passivos, importação de materiais.

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Ativos</b>		
Dólar norte-americano	275.629	257.969
Euro	51	9.904
<b>Total</b>	<u><b>275.680</b></u>	<u><b>267.873</b></u>
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Passivos</b>		
Dólar norte-americano	163.529	149.886
Euro	51	1.112
<b>Total</b>	<u><b>163.580</b></u>	<u><b>150.998</b></u>

#### b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Passivos</b>		
Selic	441.927	172.028
IPCA	757.378	811.963
Juros contratuais	123.101	130.798
<b>Total</b>	<b><u>1.322.406</u></b>	<b><u>1.114.789</u></b>

### c) Risco de liquidez

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	30/09/2013			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	202.904	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	199.469	257.785	433.538	425.539
Obrigações estimadas	18.836	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	148.664	-	-
<b>Total</b>	<b>421.209</b>	<b>406.449</b>	<b>433.538</b>	<b>425.539</b>

Passivos	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	265.967	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	190.527	143.543	386.317	340.647
Obrigações estimadas	13.542	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	160.949	-	-
<b>Total</b>	<b>470.036</b>	<b>304.492</b>	<b>386.317</b>	<b>340.647</b>

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/13, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria,

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2013, o valor do VR é de R\$ 129,51/MWh - conforme nota técnica nº 010/2012 SEM/ANEEL, de 23 de janeiro de 2012.

## 31 Análise de sensibilidade

### 31.1 Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos expostos à variação cambial em quatro cenários: dois com elevação das taxas de câmbio e dois com diminuição.

#### a) Depreciação dos índices

Ativos	Saldo em moeda estrangeira em 30/09/2013	Saldo em R\$ em 30/09/2013	Cotação em R\$			Valor em R\$		
			Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	123.601	275.629	2,3000	1,7250	1,1500	284.282	213.212	142.141
Euro	17	51	3,1100	2,3325	1,5550	53	40	26
<b>Total</b>	<b>123.618</b>	<b>275.680</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284.335</b>	<b>213.251</b>	<b>142.168</b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em 30/09/2013	Saldo em R\$ em 30/09/2013	Cotação em R\$			Valor em R\$		
			Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	73.331	163.529	2,3000	1,7250	1,1500	168.661	126.496	84.331
Euro	17	51	3,1100	2,3325	1,5550	53	40	26
<b>Total</b>	<b>73.348</b>	<b>163.580</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.714</b>	<b>126.536</b>	<b>84.357</b>

## b) Apreciação dos índices

Ativos	Saldo em moeda estrangeira em 30/09/2013	Saldo em R\$ em 30/09/2013	Cotação em R\$			Valor em R\$		
			Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	123.601	275.629	2,3000	2,8750	3,4500	284.282	355.353	426.423
Euro	17	51	3,1100	3,8875	4,6650	53	66	79
<b>Total</b>	<b>123.618</b>	<b>275.680</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284.335</b>	<b>355.419</b>	<b>426.503</b>

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em 30/09/2013	Saldo em R\$ em 30/09/2013	Cotação em R\$			Valor em R\$		
			Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	73.331	163.529	2,3000	2,8750	3,4500	168.661	210.827	252.992
Euro	17	51	3,1100	3,8875	4,6650	53	66	79
<b>Total</b>	<b>73.348</b>	<b>163.580</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.714</b>	<b>210.893</b>	<b>253.071</b>

## 31.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2013. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

## a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/09/2013	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	441.927	9,7500	7,3125	4,8750	452.699	450.006	447.313
IPCA	757.378	5,8200	4,3650	2,9100	768.398	765.643	762.888
<b>Total</b>	<b>1.199.305</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.221.097</b>	<b>1.215.649</b>	<b>1.210.201</b>

## b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/09/2013	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	441.927	9,7500	12,1875	14,6250	452.699	455.392	458.085
IPCA	757.378	5,8200	7,2750	8,7300	768.398	771.153	773.908
<b>Total</b>	<b>1.199.305</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.221.097</b>	<b>1.226.545</b>	<b>1.231.993</b>

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 32 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 30 de setembro de 2013, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30/09/2013	31/12/2012
CEAL	285	-	285	341
CEPISA	189	-	189	354
ELETROACRE	-	-	-	29
CELG-D	1.241	-	1.241	1.557
ELETROBRAS	-	34.957	34.957	64.176
<b>Total do ativo</b>	<b>1.715</b>	<b>34.957</b>	<b>36.672</b>	<b>66.457</b>

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros passivos	30/09/2013	31/12/2012
FURNAS	228	-	-	-	-	228	381
CHESF	2.934	-	-	-	-	2.934	65.455
ELETROSUL	227	-	-	-	-	227	202
ELETRONORTE	95	-	-	-	-	95	234
ELETROBRAS	-	1.316.331	58.307	148.664	395	1.523.697	1.277.515
<b>Total do passivo</b>	<b>3.484</b>	<b>1.316.331</b>	<b>58.307</b>	<b>148.664</b>	<b>395</b>	<b>1.527.181</b>	<b>1.343.787</b>

Receitas	Venda de energia	30/09/2013	30/09/2012
CEAL	2.610	2.610	2.350
CEPISA	3.517	3.517	4.915
ELETROACRE	30	30	225
CELG-D	10.482	10.482	14.610
<b>Total da receita</b>	<b>16.639</b>	<b>16.639</b>	<b>22.100</b>

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	30/09/2013	30/09/2012
FURNAS	-	(1.580)	-	(1.580)	(1.764)
CHESF	(60.581)	(1.217)	-	(61.798)	(45.917)
ELETROSUL	-	(1.405)	-	(1.405)	(937)
ELETRONORTE	-	(777)	-	(777)	(1.066)
ELETROBRAS	-	-	(61.331)	(61.331)	(65.591)
<b>Total da despesa</b>	<b>(60.581)</b>	<b>(4.979)</b>	<b>(61.331)</b>	<b>(126.891)</b>	<b>(115.275)</b>

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 33 Compromissos operacionais de longo prazo (não auditado pelo auditor independente)

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

#### a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através dos seguintes leilões de energia:

- 2º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2015;
- 4º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2016;
- 1º Leilão de energia de novos empreendimentos: contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 2º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	116.221	911.040
2015/2016	122.033	911.040
2017/2018	-	-
Após 2018	-	-
<b>Total</b>	<b>238.254</b>	<b>1.822.080</b>

	Venda de energia 4º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	41.969	306.600
2015/2016	90.339	613.200
2017/2018	-	-
Após 2018	-	-
<b>Total</b>	<b>132.308</b>	<b>919.800</b>

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	499.627	3.321.792
2015/2016	1.075.447	6.643.584
2017/2018	1.185.680	6.643.584
Após 2018	4.337.338	19.930.752
<b>Total</b>	<b>7.098.092</b>	<b>36.539.712</b>



## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2014	157.236	3.300.000
2015/2016	330.195	6.600.000
2017/2018	177.765	3.384.000
Após 2018	559.960	10.152.000
<b>Total</b>	<b>1.225.156</b>	<b>23.436.000</b>

### c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2014	42.523	101.380
2015/2016	91.531	202.760
2017/2018	79.701	162.208
Após 2018	87.870	162.208
<b>Total</b>	<b>301.625</b>	<b>628.556</b>

### d) Compra de energia

A Companhia não mantém contratos de longo prazo para compra de energia. Quando necessário complementar a geração própria para suprir os contratos em vigor, ela recorre aos leilões de curto prazo da Câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE). Em 30 de setembro de 2013, a Companhia comprou energia conforme a nota 24.1.

## 34 Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nas Demonstrações financeiras.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2ª. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contra-razões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Considerando haver recurso pendente apenas no tocante ao período de Fevereiro de 1999 a julho de 2000, tendo ocorrido o trânsito em julgado em relação ao restante do período, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para posterior compensação tributária, o qual encontra-se pendente de julgamento na esfera administrativa.

\* \* \*

**Companhia de Geração Térmica  
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2013**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Sereno Chaise  
Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor  
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Sandro Figueiredo de Oliveira  
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci  
Contador CRC-RS 46.907